

## Globalização e Novos Bárbaros

Candido Mendes

Reitor da Universidade Candido Mendes  
Presidente do X Congresso da ALADAA

Depois do recado de Carlos Lopes, tão premonitório sobre o que representa hoje para a América Latina a globalização, importa-nos cada vez mais saber como garantir, neste velho Terceiro Mundo, a diferença e o ponto de vista internacional escapado às forças, todas, dessa nova hegemonia. Uma dominação sofisticada, soez até na sua blandícia, que começa por nos desarmar na cabeça; no que seja o novo chão histórico que pisamos, e como nele enfrentamos uma dita fatalidade de conjuntura.

Não temos condições de fugir à *real politik* que se assenta sobre estes fatos consumados. Não nos é dado sequer à condição esplendida dos antigos bárbaros. Poder se sentir fora do Império; reconhecer a sua fronteira, talvez saber o que defrontam, retorquir, mais tarde, à colonização. Não nos é dado o consolo, nessa geração de esperar por estas vitórias finais clássicas em dois tempos. Ou seja, o de aceitarmos a dominação imperial, mantendo a integridade da alma para, a seguir, fazer valer a visão emergente de uma cultura paciente, e ir além da hegemonia, primeira e sôfrega.

O mundo da globalização efetiva, no mercado só em que o configura seu centro, submete-nos ao universo mediático que, raptando o mundo interior àquela alma, tira dos bárbaros o seu principal trunfo. Ou seja, o reconhecimento da diferença, preservada nos contrafortes da geografia, no destaque no chão conquistado, frente ao que nele é engolfado, e do que lhe fica à fimbria e permite a vigília para o próximo momento de encarnar-se uma civilização.

Não temos por força, a experiência histórica, do que seja esta dupla expropriação que o dito “mundo só”, de hoje, impõe, de concentração do poder econômico e político e, sobretudo, de desenraizamento do tempo real pelo virtual; da memória pelo seu simulacro, e do pensamento pela formatação que lhe impõe a mídia, a manchete, e o instante televisivo. Como pensar esse futuro em que o asserviçamento do mundo interior, do culto dos padrões e dos modelos, antecipa-se à força das armas ou dos cartéis, para implantação final da homogeneidade que parece reptar a visão tradicional do que seja a história e a aventura do homem no seu seio.

A perguntarmo-nos o que representa a ALADAA, e esta conclamação de tantas pontas da cabeça, ao “pensar-para-nós” todo o Hemisfério latino-americano, e no que nos vem do antigo Terceiro Mundo da reflexão afro-asiática, importa, de saída, e a bem da nossa diferença, reformular, inclusive, os estereótipos do seu próprio passado. E sobretudo, das idéias feitas para, já na segunda parte do último século, procurarmos as propostas de nossa identidade a partir de ideologias que um conagraçamento quase *a outrance*, e servido da força das metáforas; de uma conciliação de arcanos, independentemente da *praxis* a que poderiam dar lugar.

Nada mais típico desta perspectiva do que, por exemplo, a idéia luso-tropical, avançada pelo gênio de Gilberto Freyre, na pressuposição de uma mesma filia histórico-cultural, de homogeneização do passado da negritude afro-brasileira. Deste luso-tropicalismo sedutor, proposto como denominador de identidades, para criar como que uma superdeterminação ao fato e à riqueza da nossa mescla, como antídoto definitivo a um racismo brasileiro. Só que, na verdade, o mulato que deveria ser a expressão natural das nossas sínteses emolientes, ou o afago da senzala não tem, de forma alguma, a sua contrapartida no mundo africano. Fica o resultado mais instigante desta interpenetração restrita, do dominador e dominado, num apanágio estritamente nosso desta lusitanidade. Nem podemos deparar este diálogo direto e permanente, aplicado pelo luso-tropicalismo, sempre, no duo que o conquistador e o seu contexto, permitiram e amaciaram pelo desenho dos trópicos.

Contraponto, ao contrário, tivemos, sim, na África, na forma pela qual, por exemplo, o Reino do Congo, sob completa égide da coroa de Portugal, foi à contrafação nos seus rituais, na sua etiqueta e na sua nomenclatura

da corte de Portugal. Mas cá, em Santa Cruz, o que vemos é a dispersão heteróclita, e de logo de dominações mediadas, de contextos evanescentes, mais do que expostos à hegemonia siderante. O trópico passa pelo indígena, volatilizado na conquista, pela extraordinária penetração africana, e vive também, e de logo, uma dupla interseção. São os próprios africanos que levam os seus à condição de escravo, pela ação sistemática, por exemplo, das tribos predadoras – dos Jagas e de sua rainha Janga – a turbar, de início, a condição de identidade das levas trazidas pelo tráfico ao país.

Não estamos em nenhum momento naquele limen bárbaro, de confrontação imediata de identidades, de luta e de vigília, quando a fronteira agudiza a contradição, mesmo que venha a conquista subsequente. O luso-tropicalismo vale à perfeição, para um primeiro e rico *insight* sobre a colonização do país-Continente. É nela à meia luz doméstica, tão distinta da pretendida polaridade entre sobrados e mucambos – logrando este ponto de fusão que o pólo dominado termina por perder – fora da exceção extraordinária dos quilombos – a sua configuração persistente, para transfundi-la ao próprio tempo social do Vice-Reinado.

Não é necessário repetir a condição de atarantamento dos negros libertados pela Lei Áurea, e à condição de proletariado inerte, com que constituíram a primeira grande mendicância nas metrópoles incipientes. Nesse revisionismo crítico em que o Brasil avança, sobretudo, em todo o enorme repertório de informação, de que carecia a riqueza do *insight* freyreano, só agora que ganhamos outro olhar desse constitutivo do processo social brasileiro. Aí está o esplêndido trabalho de Luiz Felipe Alencastro o “Trato dos Vivos”. E o da Torre do Tombo todo, é o documental português aberto, que nos deita outras dimensões sobre o porte e os caminhos do grande influxo que o tráfico representou na reivindicação de agora, da emergente identidade brasileira.

Sabemos, definitivamente, que foi de dez milhões de embarcados o transbordo negro para todo o Hemisfério. E desse, a metade veio, toda, aos portos de Salvador e do Rio de Janeiro. Mais ainda, este afluxo teve em pelo menos 20% de seu contingente um contrabando para a América espanhola, vindo a municiar, sobretudo através dos entrepostos do Prata, o braço necessário às Minas de Potosi e Oruro, garantindo o fausto da prata à corte de Felipe II.

Entretanto, o que parece importante, a partir da verificação de Alencastro, é o quanto às linhas de força do tráfico protagonizavam apenas uma das componentes do influxo e contra-influxo, com a presença nossa na Costa da Guiné e em Angola. Cada vez menos respondia a uma triangulação da representação histórica da coroa em além-mar, presidindo o trânsito africano à Santa Cruz, e nela permitindo o começo do fastígio do açúcar que iria alimentar o reino renascente após 1640.

A tal ponto disso se deu conta Vieira – possivelmente a maior cabeça do século XVII – ao formular a sua *real politik* diante do soberano de Portugal. Pensamento e *práxis*, chegando quase que ao paradoxo, para as visões hegemônicas acanhadas da Lisboa de então. E isso esplendendo no esplendor das conquistas holandesas, na represália contra a Espanha, e no ataque à Bahia, levando ao sucesso do enclave de Recife. O jesuíta pede simplesmente ao Rei que abandone a capitania. Lá deixe os batavos, à troca de conservar, intocado, pelo fluxo tranqüilo do tráfico e o avanço das plantações, o resto do país e da cana, para a glória do monarca português.

*Real politik*, sim, de Vieira, partido na sua visão de grande caridade cristã. Defensor absoluto ao preço da prisão e do perigo de morte, e a liberdade dos índios. Preciso até à brutalidade, no justificar a escravidão dos negros, como preço de poderem chegar ao mínimo de catequese, que lhes permitisse pela servidão garantir-se, de toda forma, o respiro da alma, cristãos os senhores católicos à colônia. A proposta perderia o sentido, diante da surpresa do contragolpe dessa presença dos brasileiros em África, lá confrontando outro pólo da incipiente colonização holandesa.

Salvador de Sá, saindo do Rio nas suas caravelas, e depois João Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros, são “brasílicos” que se aproveitam dos ventos alísios para chegar à Luanda, ali derrubar o primeiro esforço de conquista batava, e retomar as praças lusas em África. Nelas implantam o senhorio de “baraço e cutelo”,

decisivo para a reversão das estratégias que viria, finalmente, a desmontar, na costada africana e brasileira nesse Atlântico corrido, a Companhia das Índias Ocidentais, refluída ao útero das Antilhas.

Vidal de Negreiros tinha, do outro lado do Atlântico, a visão certa já de uma geopolítica, conducente ao pretendido mar da hegemonia lusa, numa e outra banda desse Atlântico. Urgiu, e, repetidamente, até quase a impaciência do monarca em Lisboa, a construção da chamada via interior, conjugando os sistemas fluviais da Bacia do Congo e do Zambeze, de maneira a garantir a continuidade portuguesa, cortando a mole africana, de Luanda a Moçambique e, as suas praias de Sofala.

Em outra ponta, a proposta tão ambiciosa de um diálogo como o que a ALADAA avança, nos leva também a rever os estereótipos, ao lado, já, das ideologias que começam a recobrir, no modo pelo qual a globalização assume e mascara a sua hegemonia. Em que termos podemos hoje pensar a conjugação entre os Estados Unidos e o resto do Primeiro Mundo, no definir uma plataforma coerente e cada vez mais integral da globalização, sua perspectiva e suas crenças.

Ainda há algum tempo e, sobretudo, frente às primeiras seqüências da Guerra do Golfo – com o aperfeiçoamento do aparelho da América gendarme do mundo emergente, e a “zero baixas” nas suas expedições fulgurantes – imaginava-se, como conflito latente na nova ordem, o de se contraporem o Governo de Washington e o resto polarizável nas Nações Unidas. Não foi outra a perspectiva latente na etapa pré Koffi Anan, na Secretaria Geral das Nações Unidas.

Ver-se-ia hoje, de preferência, o contraponto inevitável em que o avanço da social-democracia européia, a partir dos seus centros mais importantes, não só deita novas dúvidas sobre a hegemonia neoliberal, a partir da defesa de um papel estratégico do Estado na vida econômica. Ou, sobretudo, acelera uma visão distinta do alargamento dos Direitos Humanos; dos direitos da cidadania abertos à imigração, e a regionalização efetiva dos aparelhos de segurança na Europa pós-Muro, e diante da expansão da Comunidade.

A nucleação hoje dos Estados Unidos e das Nações Unidas, já se reflete no universo das ideologias, em tantas novas alterações do conceito do equilíbrio mundial, no trato das chamadas *rogue nations*, no que sejam as ações referentes aos ditos “crimes contra a humanidade”. Um governo Bush não deixará dúvidas quanto a toda esta nova dimensão em que o seu antecessor temperava o conflito da nação hegemônica, diante da frente do Primeiro Mundo, inclusive a definição do conceito do “politicamente correto”.

Levanta-se por aí uma nova tensão entre um respeito residual às soberanias – no mundo globalizado – e a exigência de que esse limite seja o de se preservar formalmente as democracias nestas nações. Só que, cada vez mais, também, o limite dessa legitimidade se veria no respeito ao resultado das eleições e ao cumprimento do seu ciclo. Tal, independentemente dos desequilíbrios internos de renda, das concentrações econômicas, cada vez mais, no seu seio.

Não se verifica uma efetiva concatenação entre o apuro formal do sistema político – marcado na valoração de uma nota só – e sensibilidade aos estímulos da distribuição de renda nos programas sociais dos órgãos internacionais do mesmo aparelho do Banco Mundial, ou do Fundo Monetário Internacional. O lance inédito da Guerra do Golfo, permitindo a primeira *blitking* eletrônica dos tempos da hegemonia, associou ainda à Força Armada a concordância européia com as visões neoliberais do primeiro governo Bush.

Mas hoje parece mais claro – e contra o primeiro ideal clintoniano do politicamente correto – o quanto estamos diante de um futuro onde as pressões unilaterais – no contexto de um consórcio ostensivo de um “Primeiro Mundo” – tendem a não aceitar tergiversações nos riscos diretos que os Estados Unidos venham a encarar como prioritários, nessa sua cura dos perigos desta humanidade globalizada – e seus inimigos.

As intervenções no Sudão e no Afeganistão, à conta da *self defense* americana frente ao terrorismo internacional, não deixa dúvidas quanto a uma subseqüente organização do monopólio dessas respostas de parte de Washington. Não se exclui nessa lógica, por exemplo, na operação Colômbia, a contínua ameaça ou eventualidade dos bombardeios das plantações de coca e da ação eventualmente direta das forças americanas diante da ameaça do narcotráfico. Tal como prefiguram num eventual novo governo Bush uma retomada, a

bem dos orçamentos das Forças Armadas – tão diretamente ligados à ideologia republicana, a criação dos escudos espaciais defensivos, baixando como campânula sobre todo território americano, contra, claro, os *rogue states*. Tomaram o lugar do contendor máximo, nos velhos cenários da guerra fria. Nem será de se espantar que um governo Bush neste particular, esfrie as perspectivas de reconhecimento da Coreia do Norte, sinalizando tão decisivamente nas últimas semanas de seu antecessor, em Seul.

Não se pode deixar também de delinear o restabelecimento das cortes de guerra, a que se associam os crimes contra a humanidade, atropelando a pauta de uma defesa universal dos Direitos Humanos, no limite do amadurecimento universal de uma consciência cidadã. Dentro delas, mais uma vez, um verdadeiro contexto internacional pode dar todo o contorno à nova etapa do Tribunal de Haia, e o julgamento das denunciadas atrocidades da Guerra do Kosovo. Mas não há dúvida de que o novo condicionamento internacional, a soberania dos Estados exangue pode chegar a extremos, enquanto o reconhecimento indiscutível do avanço de uma corte *urbe et orbi* se expõe à coação invencível resultante das pressões econômicas e dentro delas, mais que nunca, da hegemonia do pólo do Primeiro Mundo.

Dentro deste quadro, e a se falar das ideologias da globalização, e do quanto dela se apossaram as máquinas do poder-limite, depreendemos, também, a aparição como reação a tais condicionamentos extremos, o dessa opinião pública internacional, mobilizada, combatente, no limite até da “disrupção organizada”. É o que revelou, depois de tantas experiências frustradas, a paralisação da reunião da OMC em Seattle, continuada pelo mesmo bloqueio em Washington, a prometer novo impasse em Quebec.

Por força, descortinamos, hoje, diversos caminhos em que o sufoco da máquina, a reentrância da Sociedade Civil sobre o aparelho, e a regência desse pelas ideologias, forcem a batalha campal das sociedades civis, mobilizadas, ganhando palavra de ordem, e chocando-se com o arame farpado, o cassetete e o camburão. Ou seja, o que, em guerras civis instantâneas, e cada vez mais veiculados pela mídia, pode levar a reclusão destes encontros senão ao seu sucedâneo virtual.

Vivemos cada vez mais, inclusive, desse conflito. Torna-se difícil a reunião dos senhores do mundo em tempo real, tal como a próxima reunião da OMC deve migrar para os desertos da Arábia Saudita. Mas a demonstração do seu antagonismo buscará a ágora, a praça repleta e incidente da marcha e da demonstração física cada vez maior dos dissidentes. É difícil imaginar-se converjam os dois pólos para uma interação. O monolito hegemônico não abarca a Sociedade Civil que lhe serve de base, e que quer, a prazo, fugir das opções de dentro do sistema.

O que é importante numa candidatura Nader nos Estados Unidos é ter logrado já 7% do eleitorado americano. Este diferencial poderia lhe ter transformado num grande eleitor de quem ganhasse o confronto por um Maracanã mal cheio. Mas não se trata de arbitrar entre alternativas – vistas pelo espírito de Seattle, como igualmente comprometidas, e sim de plantar, a longo prazo, a visão excêntrica a estes denominadores, e garantir o diferencial, por aí mesmo, de políticas públicas da Sociedade Civil, pensadas na sua inteireza original – de preferência à organização crescida sobre a espontaneidade coletiva, a máquina sobre esta última, e a ideologia que lhe põe o último ferrolho.

O mais grave, entretanto, é saber-se até onde a própria noção do “politicamente correto” já se pasteurizou hoje, trocando as verdades concretas pedidas pelas exigências nacionais, ou pelas políticas públicas já a caminho de um universal cidadão. Mas que fique dentro de uma autêntica audiência do Primeiro Mundo, mesmo que fantasie na simulação dos dissensos e da dita voz da Sociedade Civil.

Estamos apenas no começo da discussão, do que seja a democracia profunda diante do universo mediático. Do que seja a detergência, por exemplo, da informação que permita formatar, nas agências internacionais que permita de fato a polêmica, devolvida a novas regras do jogo, e à precipitação no pélagos do que lhe desagrade ou confranja e, afinal, só possa ganhar a vestimenta do folclórico. É um mundo acolchoado dentro de casa, o que impele a sociedade mediática, hoje, a realizar uma política, até às vezes inconsciente, da edição do que se passa lá fora, dos noticiários e informações que se pretendam, tão neutros quanto abrangentes, diante destes novos silêncios, tão confortáveis quanto astutos, a veicular o que sobra da diferença, no cerne das políticas, do

jogo efetivo das contradições. Não é outra a marca mais profunda da hegemonia por sobre, ainda, a velha dominação.

A discussão internacional, que permite fóruns como esse, de alinhamento de intelectuais, sobreviveu à diáspora do colapso do velho Terceiro Mundo, possibilitado pela guerra fria, está apenas a começo do que seja compreender que somos novos bárbaros, diante do espaço histórico. A geografia desaparece, como garantia da trincheira e da mirada, no universo global. Nele não há *exit*. Mas podemos, de qualquer forma, manter a memória não como museu da diferença, mas no direito, literalmente subversivo, de fazermos o exercício quase como heurística, da nossa prospectiva.

O saber querer um futuro é a primeira condição para a fecundação da utopia, ou, quem sabe, merecer ainda o inesperado da diferença. Afinal, as dominações nos vêm, por demais, aceleradas, com todo um flanco acrítico, para que o que pretenda varrer, com toda sofisticação do mundo virtual, que não impedirá o retorno de uma selvagem tomada de consciência, diante do buraco negro do excesso de dominação, *too much, too soon*.